

## O SURGIMENTO DO TEMPO LIVRE E AS AÇÕES DO ESTADO NA FORMA DE POLÍTICAS EM ESPORTE E LAZER

Bruno Medeiros Roldão de Araújo<sup>1</sup>, graduando em Licenciatura Plena em Educação Física.  
Cheng Hsin Nery Chao<sup>2</sup>, professor Doutor do Departamento de Educação Física.  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB<sup>3</sup>

### Resumo

Em nossa pesquisa, trataremos das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, suas origens e como estão sendo aplicadas atualmente no país, focando sua formulação e interferência no bem-estar das pessoas. Além das origens no processo histórico veremos os princípios teóricos necessários para a formulação destas políticas, a importância da aplicação de um diagnóstico de necessidades no decorrer deste processo. Como processo avaliativo, utilizamos o protocolo de avaliação do bem-estar, baseado no perfil de estilo de vida proposto por Nahas (2003), intitulado: “O Pentágono do Bem-Estar”. Utilizamos pesquisa de caráter exploratório, como amostra o universo foi do tipo casual simples, baseada na acessibilidade, através de questionários. Nossa pesquisa enfoca o que aconteceu em nosso país, com relação às políticas públicas em esporte e ao lazer, depois do advento da redemocratização, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, pois segundo Gnecco (2005), somente existe a política pública nacional quando o Estado Federal cria o órgão que fará implementar a política pública. Em não havendo o braço do poder público na execução da política, não haveria a mesma. Obviamente, no setor público, este órgão deve ser criado na forma da legislação em vigor, após a Constituição de 1988, somente na forma de lei, isto é, proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Poder Legislativo, é que estas ações foram oficializadas.

**Palavras-chaves:** Esporte, lazer e políticas.

### Introdução “Conceituando o Tempo Livre e o Lazer”

O tempo livre é um tempo de não-trabalho, que pode vir a se constituir em lazer, mas não podemos confundir este não-trabalho com um não-fazer nada. Segundo Dumazedier (1974 *apud* REQUIXA, 1980), o lazer é:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para divertir-se, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, depois de ter-se liberado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais (DUMAZEDIER, 1974 *apud* REQUIXA, 1980).

Portanto, entende-se que o lazer é uma ocupação, logo vemos que ele não pode, de maneira alguma, ser “um nada”.

Para melhor esclarecer, vamos discutir um pouco a questão da distinção entre o lazer e ócio, pois a confusão geralmente nasce desta dicotomia. O ócio tendo absorvido o valor de ociosidade, diferente do “*otium*”, de fato é um “fazer - nada”, algo condenado pelo

<sup>1</sup> Rua Otacílio Nepomuceno n°. 470, Catolé. CEP: 58.104 - 575 / Campina Grande – PB, Brasil. E-mail: brunoroldao@ig.com.br.

<sup>2</sup> Rua Emídio Lucas da Silva 419 ap 103 Bodocongó. Campina Grande/PB. chao@digizap.com.br

<sup>3</sup> Rua: Juvêncio Arruda, S/N Campus Universitário, Bodocongó. CEP: 58.109 - 790 / Campina Grande – PB.

capitalismo, que rege nossas relações sociais; já o lazer é uma forma de ocupação, a não diferenciação entre estas concepções, levou ao longo da história a discriminação que o lazer sofreu, por exemplo, há apenas algumas décadas, quando uma pessoa ia caminhar, as pessoas as viam como vagabundo, desocupado, que não trabalhava, atualmente devido às novas concepções a cerca do lazer e as inovações das linhas de conhecimento, principalmente nos campos da saúde e sociologia, temos a questão do lazer como exigência, algo visto como realmente necessário para uma melhor qualidade de vida e de produção no trabalho, o que alimenta também os ideais da sociedade do trabalho.

## **O “Surgimento” do Tempo Livre**

A conquista das práticas de lazer, por parte da população proveniente das camadas menos privilegiadas socialmente, foi e vem sendo uma das conquistas mais lentas da sociedade. Para Lefebvre (1961), a esfera do trabalho e os domínios sociais que lhe são externos nas sociedades capitalistas, tornaram necessário existir algum espaço social de fuga a uma vida que aparece seqüestrada pelo trabalho, para isso demandou-se tempo livre ao trabalhador.

Somente no século XX que a grande maioria das pessoas que pertencem a essas classes populares, começou a ter acesso ao lazer sistematizado e de qualidade (BRAMANTE, 1997). As mudanças na noção de trabalho são históricas, isto é, vão se construindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da produção e de distribuição de riquezas e poder (MANFREDI, 2002, p.34). Mudanças estas enfatizadas com mais impulso a partir da Revolução Industrial (século XVIII), seguindo sua trajetória histórica marcada pela mecanização (séculos XVIII e XIX), automação (séculos XIX e XX) e a informatização (segunda metade do século XX até os dias atuais). Em cada uma dessas fases o tempo de não-trabalho (ou tempo livre) passou a ser usado de diversas maneiras. Essa evolução se deu mediante inúmeros fatores como: lutas sociais, influência das novas linhas do conhecimento enfim, mediante inúmeras transformações e mudanças.

Segundo Melo (2005), a partir da Revolução Industrial houve um rápido e desordenado crescimento das cidades, o que ameaçou a estrutura social e a dinâmica da “máquina capitalista”, o que levou à reordenação dos espaços urbanos. Os conjuntos de intervenções pelas quais passaram as cidades deram origem a novas experiências sociais, e as atividades de lazer foi uma delas e talvez a mais típica desse processo.

A nova demanda, que surgia com o crescimento da classe média, o surgimento do tempo de não-trabalho ou tempo livre, começou a pressionar e/ou atrair a atenção do poder constituído em Estado, em realizar intervenções de controle e dominação sociais. Após estas primeiras considerações chegamos a nossa problemática, como as políticas públicas em esporte e lazer no Brasil após a redemocratização, interferiram e interferem nas relações sociais e vice-versa; qual o impacto no estilo de vida e bem-estar individual e coletivo?

## **Objetivo Geral**

Debater o processo de aquisição do tempo livre e as ações públicas na sociedade brasileira, no período compreendido da redemocratização até os dias atuais, no que rege ao esporte e lazer.

## **Objetivos Específicos**

- Contextualizar historicamente as ações públicas inerentes ao esporte e lazer;
- Demonstrar a importância da administração na formulação de políticas públicas de Esporte e Lazer;
- Debater os princípios teóricos necessários para a formulação destas políticas;
- Relatar sobre as atuais políticas públicas em esporte e lazer do Governo Federal;
- Analisar os níveis de bem-estar das classes populares.

## **Metodologia**

Utilizamos pesquisa descritiva de caráter exploratório, o universo escolhido para a realização da pesquisa foi constituído por cidadãos, sem distinção de sexo, que se beneficiam de áreas e/ou programas fomentados pelos organismos regidos pelo poder constituído em Estado. No caso escolhemos o “Parque da Criança” em Campina Grande-PB, por ser uma das únicas áreas públicas de lazer da cidade. A amostra contou com um universo de pesquisa composto por 50 indivíduos e foi do tipo casual simples, baseada na acessibilidade, utilizamos como instrumento para as pesquisas de campo, dois questionários semi-estruturados: o primeiro foi o questionário de avaliação “Critério de Classificação Econômica Brasil” (CCEB) da ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, e o segundo instrumento validado por ser utilizado em várias pesquisas é o chamado: “O Pentágono do Bem-Estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos”, baseado no *perfil do estilo de vida individual*, que corresponde ao conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, valores e oportunidades das pessoas.

Só foram analisados os questionários de nível de bem-estar, dos que se encontravam inclusos nas classes populares. Consideramos em nossa pesquisa, como membro da “Classe Popular”, os classificados como inclusos nas classes econômicas C, D e E (71% da população brasileira), que apresentam renda média familiar inferior a R\$ 927,00 (Dados com base no Levantamento Sócio Econômico – 2000 – IBOPE).

No tratamento e análise dos dados, criamos um banco de dados, onde os mesmos organizados foram tratados juntamente com um profissional de Estatística, através de programa específico. Utilizamos a análise descritiva, bem como a subjetividade das informações obtidas.

Foi assinado pelos participantes da pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, baseado nas diretrizes éticas da pesquisa com seres humanos, recomendadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP), Resolução 196/96 do Conselho Nacional de saúde (BRASIL, 2003).

## **As Classes Populares e a Fuga do Cotidiano**

Consideramos em nossa pesquisa somente os provenientes das classes populares, por estes serem os que sofrem mais interferência em sua vida, quando da ação do poder constituído em Estado no processo normativo do esporte e de lazer, promovendo ou não o acesso a práticas saudáveis em seu tempo livre.

As classes populares têm uma produção simbólica própria, que se expressa tipicamente nos momentos de lazer, nos passeios a parques, reservas naturais, praias ou praças públicas, na companhia de familiares e amigos, nestes momentos descontraídos, podemos observar comportamentos consumistas, saídos da cultura do “mito do lazer”. Segundo

Dumazedier, o lazer não pode se reduzir ao tempo liberado do trabalho e pelas reivindicações sociais, mas ele também parte da criação histórica, do processo dinâmico que traz novas exigências individuais e coletivas, e está pondo em cheque as regras do trabalho profissional e escolar, bem como, toda esfera social. O problema é que o lazer aqui passa a ser construído pelo indivíduo como uma saída de um cotidiano de subordinação, gerando uma irreal sensação de evasão. Se contarmos as horas-extras e o tempo disperso na locomoção da casa para o trabalho e vice-versa, o segundo emprego ou biscates, o tempo livre se torna para a grande maioria dos trabalhadores das classes populares, apenas uma ilusão.

### **Conceituando as Políticas Públicas em Esporte e Lazer**

As políticas na área do lazer, segundo Camargo (1985) constituem-se em um “conjunto de valores e metas de uma sociedade com relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado livre”, ou seja, deve atender aos anseios da sociedade para com seus momentos de não trabalho constituídos como lazer. O lazer como uma parte do tempo livre, onde as pessoas possam se divertir desenvolver a sociabilidade e sua livre capacidade criadora, como prega o conceito de Dumazedier (1974), serve como base para as políticas de lazer. A crescente prática neste sentido, mostra que estamos vivendo uma época na qual o lazer está sendo mais pensado e realizado em nossa sociedade.

A política pública somente para designar as ações do poder público, se mostra incompleta, uma vez que a iniciativa privada se faz presente desenvolvendo ações que oferecem a prática de atividade física, esporte e lazer e o espetáculo esportivo e de lazer, se constituindo em “políticas privadas”. Até a iniciativa individual generalizada dos cidadãos inserindo em seu cotidiano a atividade física por sua autonomia de vontade é algo que pode ocorrer sem a ação do poder público (GNECCO, 2005). Mas a intervenção do Estado é imprescindível, uma vez que o setor público está presente na ação do privado, na regulamentação ou fomentação do mesmo.

### **Administração e a Formulação de Políticas de Esporte e Lazer**

O tempo de não-trabalho não significa lazer, o tempo livre pode se constituir em lazer se seguir às premissas da espontaneidade, livre capacidade criadora, sociabilização, etc. E a tendência que começa a se consolidar no mercado de trabalho é a de vários empregos simultâneos, e ainda o trabalho baseado no próprio domicílio tomando como base ferramentas como o computador e a Internet, o que ocorre na verdade é uma diminuição no número de horas dedicadas ao lazer e conseqüentemente às atividades recreativas, por isso se torna de fundamental importância o planejamento do lazer, gerando uma integração com a área administrativa.

Podemos dizer que o lazer integra-se à administração, a partir do momento em que as experiências de lazer são planejadas, organizadas, conduzidas e avaliadas. Isso fica evidente pelas exposições implícitas que circulam nos meios de comunicação de massa. Assim a formulação de políticas públicas de lazer exige do administrador a utilização de estratégias de grande complexidade, onde a utilização de modelos administrativos organizacionais se torna essencial.

Requixa (1980 *apud* BRAMANTE, 1997), apresenta uma proposta de operacionalização de uma política de lazer sustentada em um tripé formado pela ampliação do tempo disponível, criação de espaços adequados e diretrizes para a animação sociocultural. Mas para tal é primordial conhecer a realidade, por isso um dos pontos iniciais na formulação de uma

política de lazer é uma elaboração do diagnóstico de necessidades. O primeiro passo é considerar os indicadores do macro ambiente que podem interferir na elaboração de uma política de lazer. Esse mesmo procedimento se aplica, seja na formulação de políticas de ação para uma academia, seja para grandes instituições como clubes e órgãos governamentais (prefeituras, etc.).

Um segundo nível de abordagem para elaboração, implica explicitar os indicadores da instituição. O afinamento das informações de um diagnóstico de necessidades exige o levantamento dos indicadores sociais daquele contexto, tais como: a) processo de urbanização/ comunidade rural; b) grau de escolaridade; c) distribuição dos gêneros; d) faixas etárias; e) estado civil; f) segmentos especiais da população, etc. Tão importantes quanto os dados demográficos é o perfil psicográfico da população a ser atendida, isto é, identificação dos hábitos, atitudes e motivações que levam uma pessoa a participar de uma experiência de lazer (BRAMANTE, 1997).

Um terceiro conjunto de informações para a efetivação de um diagnóstico de necessidades no campo do lazer inclui o mapeamento de recursos físicos, humanos, equipamentos, materiais e financeiros. A localização física desses recursos em um mapa irá facilitar a visualização “dos espaços em branco” que logo se evidenciam.

Completando esse mapeamento, é necessário ainda identificar os recursos humanos disponíveis, sejam eles profissionais e/ou voluntários. Para concluir, a análise da disponibilidade financeira é condição básica para a formulação de uma política de lazer, pois a disponibilidade financeira facilitará sua implantação.

As técnicas utilizadas para obter todas essas informações são diversas e estão diretamente ligadas aos recursos disponíveis. Na maioria das vezes a combinação dessas técnicas poderá garantir um maior sucesso à empreitada de realizar um diagnóstico de necessidades (BRAMANTE, 1997).

## **A Política Nacional em Esporte e Lazer e a Redemocratização**

Oficialmente só passou a existir uma política pública na área do esporte e do lazer, quando da criação da “Divisão de Educação Física do Ministério da Educação”, pela Lei nº. 378, de 13 de março de 1937, surgindo assim o que viria se tornar o Ministério do Esporte, mas vale citar um pouco do processo histórico das intervenções do Estado neste campo: O primeiro relato vem do governo de Maurício de Nassau (Que governou de 1637 a 1644, durante a invasão holandesa no Brasil), que em 1641 realizou em Recife-PE uma tourada e posteriormente cavalhadas. Um segundo relato que merece destaque, foi a concessão de terrenos públicos, por parte do então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, para os clubes de regatas, esporte este que vinha em oposição ao turfê ligado a antiga aristocracia rural. Em 1905 Pereira Passos instituiu também um auxílio anual a estes clubes, mas estas ações ficaram mais no âmbito dos interesses próprios e políticos, do que de sua compreensão que se tratava de um direito social.

Voltando agora as ações consideradas oficiais, temos que, após o fim do regime militar, foram abertas novas discussões acerca dos direcionamentos do novo Brasil que surgia. Surge então a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 217, traz novos direcionamentos do Esporte brasileiro. Em 1990 foi extinta a Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação (SEED/MEC) e criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República, responsável pela elaboração do projeto de lei que veio a ser conhecido como “lei Zico”, tendo avanços na sistematização do esporte, mas ainda deixando lacunas e polêmicas, como a legalização dos bingos. Em 1991, a Secretaria voltou ao Ministério da Educação, mas com a indicação de Pelé como Ministro Extraordinário do

Esporte, em 1995, o Ministério voltou a vincular-se à Presidência, porém sem ter uma estrutura de fato como Ministério, apenas o *status*, sendo em seguida criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). Em seu mandato, Pelé desenvolveu e promulgou em 1998 a lei conhecida por seu nome “Lei Péle” (Lei nº. 9.615/98), e que aperfeiçoou elementos da lei Zico. Neste ano de 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo e em 2000 foi extinto o Indesp e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte subordinado a este Ministério (GNECCO, 2005).

Também se constituindo em política de Estado estão os programas sociais vinculados ao tempo livre diário alternativo ao horário escolar de crianças e adolescentes. Denominados de “Esporte na Escola” no Governo Fernando Henrique Cardoso e de “Segundo Tempo” no Governo Lula, que em 2004 promoveu a primeira Conferência Nacional do Esporte que resultou na Política Nacional do Esporte e Lazer. Atualmente temos dentro do Ministério do esporte e lazer, três secretarias: a Secretaria de esporte de alto rendimento; a Secretaria de esporte educacional; e a Secretaria de desenvolvimento de esporte e lazer. Os principais projetos destas secretarias, além do “Segundo Tempo”, são o “Pintando a Liberdade”, “pintando a Cidadania” e o “Bolsa Atleta”. O objetivo maior destas políticas é o bem-estar da sociedade, surgiu-se assim a necessidade de avaliar o nível deste bem-estar.

### **O Bem-Estar e sua Avaliação**

O bem-estar é algo proveniente da qualidade de vida, que tem seu conceito também ligado aos estudos ligados ao trabalho, suas condições e na perspectiva holística da vida humana (bem-estar geral ou *wellness*) (NAHAS, 2003), inúmeros instrumentos são utilizados para sua medida, como vimos no tópico “Metodologia”, para avaliar a influência das políticas públicas na área de esporte e lazer, na população das classes populares, utilizamos o questionário “O pentáculo do bem-estar”. Instrumento que mede o nível de bem-estar, através do perfil do estilo de vida individual.

Ele é um instrumento simples, auto-administrado, que inclui cinco aspectos fundamentais do estilo de vida: Nutrição; Controle do Stress (os momentos de lazer aqui são fundamentais); Atividade Física (mais uma vez algo que necessita de um tempo livre); Comportamento Preventivo e Relacionamentos, que sabidamente, afetam a saúde geral. Ele apresenta uma escala que vai de zero a três pontos, e seu score de zero a um indica um nível de bem-estar negativo, de um a dois indica nível regular e de dois a três um nível positivo.

### **Resultados e Principais Considerações Finais**

A media dos resultados, nos apresentou o seguinte quadro: 51% da população proveniente das classes populares apresentaram um nível de bem-estar negativo, 37% apresentaram um nível regular e apenas 12% apresentaram um nível considerado positivo.

É um quadro que reforça nossa crítica a respeito do suposto tempo livre, que conforme debatido no tópico “As Classes Populares e a Fuga do Cotidiano”, na verdade praticamente não existe, portanto não se pode haver uma qualidade de vida para a maioria destas populações, que se reflita em um nível de bem-estar positivo ou ao menos regular. Analisando os resultados, podemos observar que embora muito se tenha avançado em relação ao tempo-livre, muito ainda tem de ser feito, para que realmente as classes populares possam ter uma melhor qualidade de vida.

Enfim podemos refletir sobre quão importante é saber aproveitar o tempo livre e procurar atividades de lazer que proporcione uma melhor qualidade de vida para a população

em geral. Procuramos assim contribuir de alguma maneira, para o esclarecimento acerca das questões que envolvem o tempo de não-trabalho e dos direcionamentos políticos nacionais, em busca do desenvolvimento do ser humano que pensa e age de maneira crítica e criativa, pois através de um modelo administrativo eficiente (leia-se aqui políticas públicas realmente sociais), as diferentes maneiras de se utilizar os recursos físicos, humanos e materiais existentes, são melhores direcionadas para o fim de promover uma vida mais digna as classes populares. Classe formada pelos trabalhadores que constroem nosso país.

## **Referências**

ARAÚJO, Bruno Medeiros Roldão de. Embasamento Teórico e Princípios para a Formulação de Políticas Publicas de Lazer. IN: **Anais do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**. Recife, 2005.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. IN: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (p. 123-140)

\_\_\_\_\_. Estamos vivendo uma civilização do Lazer? IN: **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, 4 (04). Campinas, 1990. (p. 91-94)

\_\_\_\_\_. Recreação e Lazer: Concepções e Significados. IN: **Revista LICERE**, vol. 1, n. 1, 1998.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2006.

CAMARGO, L. O. Política de Lazer. **Estudos de Lazer**, nº. 1, São Paulo, SESC, 1985.

CAVALCANTI, K. **Esporte para todos, um discurso ideológico**. São Paulo: IBRASA, 1984.

DIECKERT, J. & MONTEIRO, F. **Parques de lazer e esportes para todos**. Santa Maria: MEC / SEED, 1983.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perpesctiva, 1973.

GADOTTI, Moacir. Alienação e Tempo Livre. IN: **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez Editora, 2000. (p.49-52).

GNECCO, José Roberto. Política Nacional de Esporte. IN: **Anais do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**. Recife, 2005.

LEFEBVRE, Henri – **Critique de la vie cotidiene**. Paris: L'arche éditeur, 1961.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, Profissão e Escolarização: Revisando Conceitos IN: **A Educação Profissional Ontem e Hoje**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. (p.31-34).

MELO, Victor Andrade de. Remo, Modernidade e Pereira Passos: Origens Históricas das Políticas Públicas de Esporte no Brasil. IN: **Anais do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**. Recife, 2005.

NAHAS, MV. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida**. Florianópolis: NUPAF, UFSC, 2003. (278 p.)

NAHAS, M.V., BARROS, M.V.G. & FRANCALACCI, V.L. O pentágulo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. IN: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 5(2), Florianópolis, 2000. (p. 48-59)

REQUIXA, Renato. Conceito de Lazer. IN: Serviço Social do Comércio. **Cadernos de lazer**. Documento 1, São Paulo, 1976. (p.19-21)

\_\_\_\_\_. **Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer**. SESC, Biblioteca Científica, Série Lazer 2, São Paulo, 1980.